



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Defesa Consumidor
para os devidos fins.

Em 07/06/2022

Conceição de Maria Lage Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Henrique
Bres
para relatar.

Em 08/06/22

Presidente da Comissão de Defesa do
Consumidor e Meio Ambiente



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E MEIO
AMBIENTE.

PARECER nº ____/2022.

AO PROJETO DE LEI Nº 72/2022, que:

"Institui o cadastro Estadual para adoção de Animais, e dá outras providências"

RELATOR: DEP. HENRIQUE PIRES

I - RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do art. 132 e seguintes, do Regimento Interno, a presente proposição para emissão de parecer técnico, conforme dispõe os artigos. 30, inciso I, e 59 a 63 do mesmo diploma legal.

O Presente PROJETO DE LEI, de autoria da Nobre Deputada Teresa Brito tem como escopo instituir o cadastro Estadual para adoção de Animais.

Seguindo o que determina o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, a proposição seguiu para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a qual proferiu parecer pela aprovação da matéria, sendo posteriormente encaminhada para apreciação desta Douta Comissão.

Ressalte-se que, trata-se de pré-projeto muito bem elaborado e consoante às normas hierarquicamente superiores, bem como os princípios norteadores do Estado Democrático de Direito, inegável ainda, a relevância social do mesmo.

Ao aprofundar o exame da proposição, pontuo que a matéria é de extrema relevância e necessária ao interesse coletivo.

Eis o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Sendo assim, passo a emitir parecer em consonância com o artigo 62, IV do Regimento Interno da Casa.

A propositura tem como finalidade instituir um cadastro Estadual para incentivar a adoção de animais.

A medida tem como base o artigo 225 da Constituição Federal/1988, que dispõe: "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Por fim, atentando as pontuais considerações já realizadas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a qual proferiu parecer pela aprovação da matéria, entendo pela pertinência da proposição.

Pelo exposto, observando a grande importância da iniciativa legiferante da Nobre Deputada e a boa técnica legislativa da proposição sob exame, **manifesto-me favoravelmente à aprovação do projeto de Lei nº 72/2022.**

III - PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento ☒

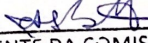
Pela rejeição ()

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ,
Teresina, ____ de junho de 2022.


DEP. HENRIQUE PIRES
RELATOR

APROVADO À UNANIMIDADE

EM, 12/7/22


PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:

Meio Ambiente

Delfina do Carmo